

LEI Nº2.437, DE 04 DE SETEMBRO DE 1.998.

**INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO  
DE LAVRAS, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Lavras, por seus representantes legais, decreta, e eu, eu seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Municipal de Ensino de Lavras, composto por:

I - Instituições de ensino infantil, fundamental e médio mantidas pelo Poder Executivo;

II - Instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - órgãos municipais de educação.

Art. 2º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação de Lavras - CME, órgão de caráter deliberativo, normativo e consultivo sobre os temas de sua competência.

Art. 3º - O CME terá como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação, terá a seguinte constituição:

a. - Secretário Municipal de Capacitação e Valorização Humana, como Presidente;

b. - um representante das entidades estudantis legalmente constituídas;

c. - um representante das entidades de educação especial;

d. - um representante dos diretores das escolas públicas estaduais;

e. - um representante do Poder Executivo indicado pelo Prefeito;

f. - um representante dos professores da rede municipal de ensino;

g. - um representante de ensino particular;

h. - um representante das instituições de ensino superior;

- i. - um representante do Poder Legislativo;
- j. - um representante de pais de alunos.

§ 1º - A exceção dos membros referidos nas alíneas "a", "e" e "i", os demais, bem como seus respectivos suplentes, serão indicados pelas correspondentes instituições ou entidades de classe e apresentados, em lista tríplice, à deliberação do Prefeito Municipal, ouvido o Secretário M. de Valorização e Capacitação Humana.

§ 2º - Os membros do Conselho terão suplentes que os substituirão nos impedimentos, afastamentos ou ausências.

Art. 5º - O Conselho elegerá, dentre seus membros, um vice-presidente, que substituirá o presidente, em sua falta às reuniões, bem como um primeiro e um segundo secretários.

Art. 6º - O mandato dos membros do Conselho será de 04 (quatro) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 7º - O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Educação será gratuito, considerado "munus público" e prestação de serviço relevante à municipalidade.

Art. 8º - Será exonerado o conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) intercaladas, no período de 1 (um) ano.

Art. 9º - Compete ao Executivo entre outras atribuições dispostas no regimento interno:

- I - deliberar sobre questões administrativas do CME;
- II - indicar os servidores municipais que irão compor a estrutura de apoio do Conselho, nos termos do parágrafo único do art. 15, desta Lei;
- III - instituir comissões especiais para a realização de tarefas afetas ao órgão, conforme dispuser o regimento interno.

Art. 10 - A forma de escolha e as atribuições dos demais membros da diretoria do Conselho serão definidas em seu regimento interno.

Art. 11 - Ao CME compete:

- I - participar da elaboração de política de ação do poder público para a Educação;
- II - avaliar e manifestar-se sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual relativamente à Educação;
- III - fiscalizar a aplicação de recursos públicos destinados aos setores público e privado, incluindo verbas de fundos federais e estaduais

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
GABINETE DO PREFEITO

IV - emitir parecer, quando solicitado, sobre propostas de convênios educacionais, suas renovações entre o Município e entidades públicas ou privadas;

V - emitir parecer, quando solicitado, sobre o interesse e a necessidade de eventual assistência do Município às instituições particulares, filantrópicas, comunitárias e confessionais, no que se refere à Educação;

VI - normatizar as seguintes matérias:

- a) autorização de funcionamento, credenciamento e inspeção de estabelecimentos que integrem o Sistema Municipal de Ensino;
- b) parte diversificada do curriculum escolar;
- c) recursos em face de critérios avaliatórios escolares;
- d) autonomia e gestão democrática das escolas públicas municipais.
- e) classificação e progressão do estudante nas etapas da educação básica;
- f) outras matérias mediante solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO HUMANA;

VII - assegurar a publicidade de informações sobre o Sistema Municipal de Ensino, tais como número de profissionais e de alunos, bem como as receitas de despesas do setor;

VIII - responder a consulta e emitir parecer em matéria de ensino e educação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;

IX - estabelecer critérios que orientem a elaboração da proposta pedagógica das instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino;

X - autorizar mudanças na organização e no currículo da educação regulada por este Conselho, observada a legislação federal;

XI - elaborar seu regimento interno;

XII - funcionar como instância recursal no âmbito de suas atribuições;

XIII - diagnosticar evasão, repetência e problemas na qualidade do ensino nas escolas, apontando alternativas de solução;

XIV - propor ações educacionais compatíveis com programas de outras secretarias, como a de Saúde, a de Desenvolvimento Social, a de Cultura, a de Esportes e a de Meio Ambiente, bem como manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa;

XV - divulgar, através de publicações, as atividades nos veículos de comunicação do Município;

XVI - aprovar o regimento, a organização, a convocação e normas de funcionamento das conferências municipais de Educação, bem como as das plenárias municipais de Educação.

Art. 12 - Compete ao Secretário Municipal de Capacitação e Valorização Humana homologar as decisões do Conselho referentes aos incisos VI, VIII, IX e X do artigo anterior desta Lei, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º - O Secretário solicitará ao Conselho, no prazo previsto no *caput* deste artigo, reexame do ato levado à homologação.

§ 2º - O Secretário, quando se negar a homologar a decisão do Conselho, devolverá a matéria ao CME, com as razões de sua recusa.

§ 3º - Na hipótese de o Secretário não se manifestar no prazo previsto no *caput* deste artigo, considerar-se-á homologado, tacitamente, o ato decisório.

Art. 13 - A organização e funcionamento do CME serão disciplinados em regimento interno elaborado e aprovado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do Conselho.

Art. 14 - O CME reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, nos casos previstos no regimento interno.

§ 1º - A sessão plenária do CME instalar-se-á com a presença da maioria dos seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

§ 2º - Na falta de *quorum* para instalação do plenário, será automaticamente convocada nova sessão, que acontecerá no prazo de 72 (setenta e duas) horas, com qualquer número de conselheiros presentes.

§ 3º - Cada membro terá direito a um voto e, ocorrendo o empate, caberá ao Presidente do Conselho, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

Art. 15 - O Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana, garantirá estrutura de apoio de recursos humanos e materiais para permitir o funcionamento do Conselho.

Parágrafo Único - O número de servidores que atuarão na estrutura de apoio não poderá ultrapassar 1/3 (um terço) dos membros do Conselho.

Art. 16 - O CME poderá convidar entidades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros para colaborarem em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do CME, sob a coordenação de um de seus membros.

Art. 17 - Será realizada uma conferência municipal de Educação a cada dois anos, ou a qualquer tempo, extraordinariamente.

§ 1º - O prazo estabelecido no *caput* poderá ser prorrogado para quatro anos, por decisão de 2/3 (dois terços) do plenário de conselheiros do CME.

§ 2º - A conferência será convocada pelo Executivo ou pelo CME, caso aquele não o faça dentro do prazo determinado no *caput* deste artigo.

§ 3º - A conferência será organizada pelo CME e composta por representações dos vários segmentos sociais para socialização de experiências, avaliação da situação da Educação no Município e proposição de diretrizes da política municipal.

Art. 18 - O Executivo convocará e organizará a primeira Conferência Municipal de Educação.


Parágrafo Único - O regimento e as normas de funcionamento da primeira Conferência serão elaborados pelo Executivo, consultadas as entidades dos demais segmentos representados no Conselho, *ad referendum* da plenária de abertura da Conferência.

Art. 19 - O Executivo poderá regulamentar esta Lei por decreto, a partir da data de sua assinatura.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial as Leis nº2.319, de 11.04/97 e 2.354, de 22.09.97.

Prefeitura Municipal de Lavras, em 04 de setembro de 1.998.

  
Dr. JOÃO BATISTA SOARES DA SILVA  
Prefeito Municipal

  
PUBLIQUE-SE  
Pelo que se lê, no local de costume  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

4/9/98